

PROCURADOR

Caderno de Prova: Prova Objetiva

	Questões
Língua Portuguesa	01 a 10
Conhecimentos Específicos	11 a 60

INSTRUÇÕES

- Não se comunique, em hipótese alguma, com outros candidatos.
- Não é permitida a consulta a apontamentos, livros ou dicionários.
- Solicite a presença do fiscal em caso de necessidade.

ANTES DE COMEÇAR A FAZER AS PROVAS:

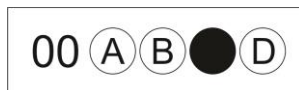
- Confira se este caderno de questões é o caderno correto do cargo para o qual você se inscreveu.
- Verifique se este caderno contém uma prova, com total de 60 (sessenta) questões, sequencialmente numeradas de 01 a 60 e se o Caderno de Questões apresenta todas as folhas numeradas corretamente.
- Caso haja algum problema, solicite ao fiscal a substituição deste caderno, impreterivelmente, até 15 minutos após o início da prova.
- Qualquer questionamento sobre a prova deverá ser encaminhado por via de recurso, de acordo com o edital do processo seletivo.

AO RECEBER A FOLHA DE RESPOSTA (GABARITO):

- Confira seus dados e, havendo erro, solicite ao aplicador (a) a correção na Ata da Sala.
- Assine no espaço indicado.
- Em nenhuma hipótese será distribuída cópia do Cartão-Resposta, que é identificado eletronicamente.

AO TRANSFERIR A MARCAÇÃO DAS ALTERNATIVAS PARA A FOLHA DE RESPOSTAS (GABARITO):

- Use caneta azul ou preta e aplique traços firmes dentro da área reservada à letra correspondente a cada resposta, conforme modelo:



- Não serão consideradas as respostas que não forem transportadas para o Cartão-Resposta ou se houver marcação de mais de uma alternativa.
- A folha de respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

AO TERMINAR A PROVA

- Após uma hora do início da prova, o candidato poderá se retirar sem levar o caderno de questões. Para isso, você deverá chamar a atenção do aplicador levantando o braço. Ele irá até você para recolher sua FOLHA DE RESPOSTAS (GABARITO) e este CADERNO DE PROVAS. A saída com o CADERNO DE PROVAS somente ocorrerá após três horas e quarenta e cinco minutos do início das provas.
- Recolha seus objetos, deixe a sala, e em seguida o prédio. A partir do momento em que você sair da sala, e até sua saída do prédio, não lhe será permitido o uso dos sanitários.
- O candidato que, por qualquer motivo ou recusa, não permanecer em sala durante o período mínimo estabelecido, terá o fato consignado em ata e será automaticamente eliminado do Concurso Público.
- Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do processo seletivo, o candidato que durante a sua realização for surpreendido portando (mesmo que desligados) quaisquer aparelhos eletrônicos, tais como: bip, telefone celular e/ou smartphone, relógio de qualquer espécie, walkman, notebook, ipod, ipad, tablet, pendrive, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, chaves integradas com dispositivos eletrônicos, controle de alarme de carro e moto, controle de portão eletrônico etc., bem como quaisquer acessórios de chapelaria e ainda lápis, lapiseira/grafite, borracha, caneta em material não transparente, óculos de sol (exceto com comprovação de prescrição médica), qualquer tipo de carteira ou bolsa e armas.

Duração total desta prova, incluindo o preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS (GABARITO): QUATRO HORAS

Site: www.unirv.edu.br - @unirv - facebook.com/unirv

T E X T O

Como a Folha era o único veículo que mandava repórteres em São Paulo para todos os comícios e abria generosamente suas páginas para a cobertura da campanha das diretas, passei a fazer parte da trupe, dar palpites nos discursos, sugerir caminhos para as etapas seguintes. Viajava com os três líderes da campanha em pequenos aviões fretados, e, em alguns lugares, dr. Ulysses - era assim que se referiam a ele - fazia questão de anunciar minha presença no palanque. Eu sabia que, em outras circunstâncias, essas coisas não pegariam bem para um repórter. Àquela altura, no entanto, não me importava mais com o limite entre as funções do profissional de imprensa e as do militante. Ficava até orgulhoso, para falar a verdade.

Cevado pelas negociações de bastidores no Parlamento, em que tudo devia estar acertado antes de a reunião começar, o incansável Ulysses, que na Constituinte de 1987 passaria horas presidindo a sessão sem levantar sequer para ir ao banheiro, transmudara-se num palanqueiro de primeira. Impunha logo respeito, eu até diria que ele era reverenciado aonde quer que chegasse. A campanha das Diretas não tinha dono, e por isso crescia a cada dia. Mas, embora ele não tivesse sido nomeado, todos sabiam quem era o comandante.

Meu maior problema, além de arrumar um telefone para passar a matéria a tempo de ser publicada, era o medo de avião. “Fica calmo, meu caro jornalista, avião comigo não cai”, procurava me tranquilizar Dr. Ulysses, com seu jeito formal de falar até em momentos descontraídos. Muitos anos depois, ele morreria num acidente de helicóptero, em Angra dos Reis, no Rio, e seu corpo desapareceria no mar para sempre. (Fragmento de Ricardo Kotscho. **Do golpe ao Planalto: uma vida de repórter**. São Paulo).

QUESTÃO 1

Eu sabia que, em outras circunstâncias, essas coisas não pegariam bem para um repórter (1º parágrafo). Essa afirmação tem como pressuposto a exigência que geralmente se faz a um repórter de:

- (a) distanciamento da participação política, ainda que por uma boa causa.
- (b) não envolvimento ou participação nos acontecimentos que está cobrindo.
- (c) não manifestar sua opinião pessoal a respeito dos acontecimentos que cobre.
- (d) manter uma absoluta imparcialidade diante dos fatos sobre os quais escreve.

QUESTÃO 2

A afirmação de que dr. Ulysses *transmudara-se num palanqueiro de primeira* (2º parágrafo) indica a sua transformação:

- (a) do parlamentar sério e respeitado ao político populista, que procurava manipular o público por meio de sua retórica.
- (b) de presidente Constituinte de 1987 ao político designado para liderar o movimento que ficou conhecido como Diretas já!
- (c) do negociador que se movimentava fora do alcance do público ao político que passou a se dirigir diretamente ao povo.
- (d) de um articulador que planejava cuidadosamente suas ações a alguém que apenas se deixou levar pelos acontecimentos.

QUESTÃO 3

O segmento cujo sentido está adequadamente expresso em outras palavras é:

- (a) *limite entre as funções do profissional de imprensa e as do militante* = fronteira entre os ofícios do jornalista e os do ativista.
- (b) *passei a fazer parte da trupe* = iniciei-me nos mistérios do grupo hermético.
- (c) *o único veículo que mandava repórteres* = o meio exclusivo de comunicação que determinava os jornalistas.
- (d) *era reverenciado aonde quer que chegasse* = era tratado com condescendência nos lugares onde costumava aparecer.

QUESTÃO 4

A substituição do elemento grifado pelo pronome correspondente, com os necessários ajustes no segmento, foi realizada de modo INCORRETO em:

- (a) *único veículo que mandava repórteres* = único veículo que os mandava.
- (b) *impunha logo respeito* = impunha-o logo.
- (c) *fazia questão de anunciar minha presença* = fazia questão de anunciá-la.
- (d) *um telefone para passar a matéria* = um telefone para passar-lhe.

QUESTÃO 5

Mas, embora ele não tivesse sido nomeado, todos sabiam quem era o comandante.

Em relação à frase em que está inserido, o segmento grifado acima possui um sentido:

- (a) Condicional.
- (b) Causal.
- (c) Concessivo.
- (d) Comparativo.

QUESTÃO 6

Atente para as afirmações seguintes sobre a pontuação empregada nas frases transcritas:

I. *...e, em alguns lugares, dr. Ulysses - era assim que se referiam a ele - fazia questão de anunciar minha presença no palanque.*

Os travessões isolam um segmento explicativo e, sem prejuízo para a correção e a lógica da frase, poderiam ser substituídos por parênteses.

II *... o incansável Ulysses, que na Constituinte de 1987 passaria horas presidindo a sessão sem levantar sequer para ir ao banheiro, transmutara-se num palanqueiro de primeira.*

A retirada simultânea das duas vírgulas não causaria prejuízo para a correção, a lógica e o sentido da frase.

III. *“Fica calmo, meu caro jornalista, avião comigo não cai”, procurava me tranquilizar dr. Ulysses, com seu jeito formal de falar até em momentos descontraídos.*

As aspas poderiam ser dispensadas, pois seu emprego é facultativo quando não há dúvida de que o autor transcreve a fala de outrem.

Está correto SOMENTE o que conta em:

- (a) I.
- (b) II.
- (c) I e III.
- (d) I e II.

QUESTÃO 7

As regras de concordância estão plenamente respeitadas em:

- (a) A campanha das Diretas, de que os mais jovens participaram ativamente, terão sempre lugar especial nos registros de nossa história recente, ao lado de episódios como o movimento carapintadas que, em 1992, levaram à deposição de um presidente.
- (b) Por mais diferenças que houvesse entre eles e o incansável dr. Ulysses, a maioria dos políticos que foram seus contemporâneos não lhe demonstravam senão grande admiração e profundo respeito.

- (c) A confusão entre as funções de jornalista e de militante, no caso de Ricardo Kotscho e de outros profissionais de nossa imprensa, tornaram possível um registro muito mais vivaz de várias personagens da campanha das Diretas.
- (d) Poucos episódios na história mais recente do Brasil pode nos inspirar tanto orgulho quanto a campanha das Diretas, ao longo dos anos 1983 e 1984, ainda que as eleições diretas para presidente, sua principal reivindicação, só tenha sido contemplada em 1989.

QUESTÃO 8

A argumentação caracteriza-se como um procedimento do autor para fazer o leitor aderir às suas teses defendidas em um texto. Ao argumentarmos, construímos ideias, justificamo-las ordenando-as, buscando também seduzir o leitor, dirigindo os argumentos de modo a atingir nossa meta de persuasão. Com base nestas informações, assinale a alternativa que NÃO se mostra como uma característica do texto dissertativo-argumentativo.

- (a) O texto dissertativo argumentativo volta-se para uma única ideia, que é a tese do texto. Tudo que se afirma ao longo da argumentação se volta para essa ideia.
- (b) Um bom recurso que normalmente é explorado pelo argumentador para conferir maior veracidade ao seu texto é a utilização de citações autorizadas de outros escritores, que tratem do mesmo tema.
- (c) O bom texto argumentativo é coeso, com cada uma de suas partes amarradas em torno de um tema central, e coerente, com articulação lógica entre seus segmentos.
- (d) Ao bom texto argumentativo é possível enriquecê-lo com o uso de termos e/ou expressões redundantes, não havendo rigor quanto ao desenvolvimento do tema central, buscando assim, a variedade de expressões.

QUESTÃO 9

Identifique a alternativa que melhor se apresenta para completar as lacunas do fragmento abaixo.

“É necessário _____(cegar/segar) os galhos salientes do _____(bucho/buxo), de modo a que se possa fazer _____(xá/chá) com as folhas mais novas.”

- (a) segar - buxo - chá
- (b) segar - bucho - xá
- (c) cegar - buxo - xá
- (d) cegar - bucho - chá

QUESTÃO 10

ÁGUA INSALUBRE

Estudo do *Pacific Institute of Oakland*, na Califórnia, prevê que 76 milhões de pessoas morrerão de doenças relacionadas à água até 2020. As crianças serão mais afetadas por males causados pelo uso e ingestão de água contaminada. No mesmo período, serão registrados 65 milhões de casos fatais em consequência da aids em todo o mundo (Márcia Peltier. O Globo).

O texto lido pode ser classificado como:

- (a) Didático.
- (b) Normativo.
- (c) Preditivo.
- (d) Jurídico.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO

QUESTÃO 11

Não são direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição:

- (a) a inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.
- (b) a inviolabilidade do sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- (c) reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
- (d) receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, inclusive aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

QUESTÃO 12

Marque a alternativa incorreta:

- (a) O município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de quinze dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- (b) O julgamento de Prefeito, pela prática de crime comum, se dará perante o Tribunal de Justiça.
- (c) Os vereadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do município.
- (d) As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

QUESTÃO 13

No tocante às súmulas vinculantes do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

- (a) É inconstitucional a lei ou ato normativo estadual ou distrital que disponha sobre sistemas de consórcios e sorteios, exceto bingos e loterias.
- (b) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a Constituição.
- (c) Não viola a cláusula de reserva de plenário a decisão de órgão fracionário de Tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.
- (d) É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.

QUESTÃO 14

Em relação à arguição de descumprimento de preceito fundamental (Lei 9.882/99), é correto afirmar:

- (a) É possível manejar arguição de descumprimento de preceito fundamental visando obter declaração de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
- (b) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é possível discutir, em arguição de descumprimento de preceito fundamental, ato normativo já revogado.

- (c) É cabível arguição de descumprimento de preceito fundamental contra proposta de emenda à Constituição Federal.
- (d) É cabível arguição de descumprimento de preceito fundamental quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, exceto se anterior à Constituição Federal de 1988, quando o remédio cabível será ação direta de inconstitucionalidade.

QUESTÃO 15

Assinale a alternativa incorreta:

- (a) A doutrina mais moderna, a exemplo de Robert Alexy, classifica as normas de direitos fundamentais em princípios e regras. Para essa corrente, princípios seriam mandamentos de otimização, que são caracterizados por poderem ser satisfeitos em graus variados e pelo fato de que a medida devida de sua satisfação não depende somente das possibilidades fáticas, mas também das possibilidades jurídicas. As regras são normas que são sempre ou satisfeitas ou não satisfeitas.
- (b) São métodos de interpretação da Constituição, entre outros, o método clássico, o método hermenêutico-concretizador e o método jurídico-estruturante.
- (c) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, o preâmbulo da Constituição constitui norma central, de reprodução obrigatória na Constituição do Estado-membro.
- (d) O princípio da unidade da Constituição é um princípio de interpretação das normas constitucionais e postula que não se considere uma norma da Constituição fora do sistema em que se integra; dessa forma, evitam-se contradições entre as normas constitucionais; o intérprete, guiado por este princípio de interpretação, deve encontrar soluções que harmonizem as tensões existentes entre as várias normas constitucionais, considerando a Constituição como um todo unitário.

QUESTÃO 16

Em relação aos direitos fundamentais, assinale a alternativa correta:

- (a) Os direitos e garantias fundamentais, expressos na Constituição, não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte, desde que aprovado, em dois turnos, por maioria absoluta de votos dos respectivos membros do Congresso Nacional.
- (b) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- (c) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, “*o status normativo supralegal dos tratados internacionais de direitos humanos [não aprovados na forma do art. 5º, § 3º da CF] subscritos pelo Brasil torna inaplicável a legislação infraconstitucional com ele conflitante, seja ela anterior ou posterior ao ato de adesão*”.
- (d) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, em qualquer hipótese, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

QUESTÃO 17

Analise as seguintes alternativas:

I. Segundo entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal é legítima a utilização de ação civil pública como instrumento de controle de constitucionalidade incidental, pela via difusa, mesmo que a controvérsia sobre a constitucionalidade seja o único objeto da demanda.

II. A via difusa de controle de constitucionalidade, que diante o caso concreto se revela acessível a qualquer pessoa que disponha de legitimidade e interesse, é o instrumento hábil para tutela jurisdicional de situações individuais que suscita controvérsia sobre a validade de normas infraconstitucionais.

III. Os atos normativos ministeriais que violam a Constituição Federal, podem ser objeto de impugnação através do controle difuso de constitucionalidade.

IV. A ação declaratória de constitucionalidade, que instaura processo objetivo de controle normativo abstrato, não exige a existência de efetiva controvérsia judicial em torno da legitimidade constitucional do ato ou lei federal.

Estão corretas as afirmativas:

- (a) I e II, apenas.
- (b) II e IV, apenas.
- (c) II e III, apenas.
- (d) I e III, apenas.

QUESTÃO 18

Sobre a composição dos poderes da república:

I. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra a lei orçamentária, entre outros.

II. Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Senado Federal, tantos nas infrações penais comuns quanto nos crimes de responsabilidade.

III. Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga. Ocorrendo a vacância nos últimos três anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei. Em qualquer dos casos, os eleitos deverão completar o período de seus antecessores.

IV. Segundo acórdão exarado pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF 378/MC-DF, apresentada denúncia contra o Presidente da República por crime de responsabilidade, compete à Câmara dos Deputados somente autorizar a instauração de processo (art. 51, I, da CF/1988). A Câmara exerce, assim, um juízo eminentemente político sobre os fatos narrados, que constitui condição para o prosseguimento da denúncia. O Senado apreciaria sobre o recebimento ou não da denúncia autorizada pela Câmara.

Estão corretas as afirmativas:

- (a) I e III, apenas.
- (b) I e IV, apenas.
- (c) II e III, apenas.
- (d) III e IV, apenas.

QUESTÃO 19

Segundo o magistério doutrinário de José dos Santos Carvalho Filho, “a teoria do ato administrativo compõe, sem qualquer dúvida, o ponto central do estudo do Direito Administrativo” (José dos Santos Carvalho Filho. **Manual de direito administrativo**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014. Pág. 97).

Assim, diante de tal importância, sobre os atos administrativos em nosso ordenamento jurídico, responda:

- (a) Toda manifestação de vontade da Administração Pública Direta é um Ato Administrativo.
- (b) A aposentadoria de um servidor público constitui um ato administrativo cuja perfeição depende necessariamente de duas manifestações de vontade, isto é, da manifestação de

vontade do órgão ao qual o servidor público esteja vinculado e do posterior registro desta aposentadoria pelo respectivo Tribunal de Contas. Antes de ambas as manifestações, tal ato administrativo não se considera aperfeiçoado.

- (c) Uma vez delegada a competência para a edição de um ato administrativo, o agente delegante não poderá revogar a delegação e nem avocar para si a edição do ato, uma vez que o ordenamento jurídico brasileiro veda expressamente cláusula de reserva de igual competência, em nome da segurança jurídica da Administração Pública e dos administrados.
- (d) A caducidade do ato administrativo ocorre nas hipóteses em que o ato administrativo é extinto por ilegalidade superveniente em face do descumprimento dos requisitos impostos para a sua expedição pelo beneficiário.

QUESTÃO 20

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 prevê expressamente como um dos instrumentos para a consecução dos princípios da Administração Pública por ela explicitados a licitação, a qual consiste em um instrumento destinado a selecionar a proposta mais vantajosa à Administração Pública, bem como garantir a impessoalidade da Administração no trato com os administrados que dela participarão.

Assim, segundo a Lei de regência do aludido instrumento, mostra-se **incorreto** afirmar que:

- (a) Um dos critérios de desempate em licitações, previsto na Lei n. 8.666/93, é a preferência aos bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- (b) A alienação de bens imóveis da Administração Pública, inclusive das entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta, entre outros casos previstos em lei, na hipótese de dação do bem imóvel em pagamento.
- (c) Uma das modalidades de dispensa de licitação ocorrerá quando ela buscar a aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca.
- (d) Nos processos de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência para produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.

QUESTÃO 21

Sobre a organização da Administração Pública e os poderes da Administração Pública brasileira, assinale a alternativa correta:

- (a) As autarquias gozam dos mesmos privilégios processuais e fiscais que possuem as entidades da Administração Direta.
- (b) A desconcentração é uma técnica administrativa de transferência da titularidade de um serviço público, mediante a criação, por lei, de uma nova pessoa jurídica, diferente do ente que a instituiu.
- (c) As autarquias não podem exercer o poder de polícia, tampouco cobrar taxas, atividades exclusivas da Administração Direta.
- (d) As empresas públicas, em razão de sua condição, gozam de privilégios processuais inerentes à Fazenda Pública.

QUESTÃO 22

Os serviços públicos constituem importantes formas da concretização dos fins constitucionalmente desejados pelo Estado, sendo imprescindíveis a nossa sociedade hodierna. Assim, considerando a legislação de regência, assinale a alternativa correta acerca dos serviços públicos:

- (a) A permissão de serviço público exige necessariamente a prévia realização de licitação na modalidade concorrência, em decorrência do princípio da obrigatoriedade da licitação.
- (b) O contrato de concessão de serviço público pode ser firmado com pessoa jurídica ou com pessoa física, desde que respeitada a proeminência da proposta mais vantajosa.
- (c) No caso de inadimplemento do usuário do serviço público, ainda que ausente aviso prévio ou situação de emergência, é possível a interrupção do serviço público, visando garantir o adimplemento dos valores pelo usuário.
- (d) A outorga de serviço público transfere a titularidade do serviço público e só pode ocorrer mediante lei.

QUESTÃO 23

Assinale a alternativa correta, de acordo com a doutrina, jurisprudência e legislação administrativas em nosso país:

- (a) Ao impetrar-se um mandado de segurança contra ato administrativo praticado por autoridade no exercício de competência delegada, o mandado de segurança deve ser proposto contra a autoridade delegante.
- (b) O princípio da legalidade, previsto na Constituição da República para a Administração Pública brasileira, se assemelha ao princípio da legalidade enquanto direito fundamental do cidadão, vez que o administrador público poderá fazer tudo aquilo que não lhe for vedado por lei.
- (c) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em três anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- (d) Em um contrato administrativo, havendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras ou serviços já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, é assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

QUESTÃO 24

Assinale a alternativa correta:

- (a) Um servidor público somente poderá incorrer em ato de improbidade administrativa se agir com dolo, vez que o ordenamento jurídico brasileiro não prevê a prática de ato de improbidade administrativa com culpa.
- (b) Será punido com a pena de suspensão por até 30 dias, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado.
- (c) Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações de interesse público aos órgãos e entidades da Administração Direta da União, Estados e Municípios, sendo vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.
- (d) Os servidores públicos do município de Rio Verde não poderão gozar de licença-prêmio, instituto cuja previsão não mais existe no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Rio Verde.

QUESTÃO 25

Assinale a alternativa correta:

- (a) A Constituição da República Federativa do Brasil adotou a teoria do risco integral como regra para a reparação dos danos causados pela Administração Pública.
- (b) Em decorrência do princípio da inafastabilidade da tutela jurisdicional e do sistema de jurisdição una ou inglês, adotados no Brasil, o Poder Judiciário poderá apreciar o ato administrativo e controlá-lo tanto no que diz respeito a sua legalidade, como no que diz respeito ao seu mérito.
- (c) Os bens públicos, se devidamente desafetados, são suscetíveis de usucapião especial urbana, prevista na Constituição.
- (d) A fase executória de uma desapropriação pode ser deflagrada por particular, desde que haja autorização legal ou contratual neste sentido, a exemplo de uma concessionária que presta um serviço público.

QUESTÃO 26

Tício, após eleger-se prefeito da cidade de Tão-tão-Distante do Oeste, com expressiva votação, como uma de suas primeiras medidas enquanto prefeito, nomeou seu irmão, Mévio, engenheiro, como Secretário de Obras daquele município. Em seguida, Tício nomeou sua filha Medusa, publicitária, como Chefe do Departamento de Jornais da Secretaria de Comunicação de Tão-tão-Distante do Oeste. Por fim, Tício nomeou seu cunhado Caio, que é médico, como Assessor do Departamento de Compras da Secretaria de Saúde daquele município.

Considerando o exemplo hipotético acima e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, é correto afirmar que:

- (a) A nomeação de Caio não se configura nepotismo, vez que a proibição de nepotismo não alcança cunhados, que não são considerados como parentes para os fins da referida proibição.
- (b) Segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal, a nomeação de Mévio não é, por si só, considerada como nepotismo, uma vez que para a nomeação de agentes para exercício de cargos políticos, como é o cargo de secretário municipal, não há óbice que se dê a nomeação de parentes da autoridade nomeante, desde que, evidentemente, o nomeado tenha condições técnicas de exercer o *munus* público a ele transferido, pressuposto necessário a qualquer nomeação em razão do princípio constitucional da eficiência.
- (c) Segundo o entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal, configuram-se claro nepotismo as nomeações de Mévio, Medusa e Caio, as quais ferem diretamente a Constituição da República.
- (d) A nomeação de Medusa não se configura nepotismo, uma vez que foi ela nomeada para um cargo de Chefia, não sendo tal prática considerada nepotismo perante o Supremo Tribunal Federal, segundo o qual a proibição alcança apenas os cargos de assessoria e direção.

QUESTÃO 27

A doutrina mais abalizada é uníssona em afirmar que a relação de trabalho é gênero da qual a relação de emprego é uma de suas espécies. Sabemos que há certa cizânia doutrinária no que tange à alteridade como um dos requisitos da relação de emprego. Os demais requisitos dessa relação que podemos extrair da CLT são:

- (a) Subordinação, trabalho realizado por pessoa física ou jurídica, pessoalidade, onerosidade e não eventualidade.
- (b) Subordinação, trabalho realizado por pessoa física, pessoalidade, grau de escolaridade, onerosidade e não eventualidade.

- (c) Autonomia, trabalho realizado por pessoa física, pessoalidade, onerosidade, exclusividade e não eventualidade.
- (d) Subordinação, trabalho realizado por pessoa física, pessoalidade, onerosidade e não eventualidade.

QUESTÃO 28

Zeus, residente e domiciliado em Rio Verde-GO, foi contratado pela empresa PANDORA EMPREENDIMENTOS para exercer a função de assistente administrativo com jornada de oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais. Durante o seu período aquisitivo de férias, Zeus, faltou ao trabalho por 05 (cinco) dias consecutivos em razão de seu casamento, 02 (dois) dias consecutivos em razão do falecimento de seu cunhado que reside em Anápolis-GO, 02 (dois) dias em razão de doação voluntária de sangue devidamente comprovada, 02 (dois) dias para acompanhar consulta médica durante o período de gravidez de sua esposa e por fim 01 (um) dia para acompanhar seu filho de 03 (três) anos em consulta médica.

Diante da situação narrada, é correto afirmar que Zeus terá quantos dias de férias?

- (a) 30 dias.
- (b) 24 dias.
- (c) 18 dias.
- (d) 12 dias.

QUESTÃO 29

Acerca do Direito Coletivo do Trabalho, analise as assertivas abaixo e responda:

I. Convenção Coletiva de Trabalho é o acordo de caráter normativo, pelo qual dois ou mais Sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho.

II. Acordo coletivo de trabalho é o ajuste entre o sindicato dos trabalhadores e uma ou mais empresas, sendo que os efeitos desse instrumento coletivo negociado alcançam somente os empregados da empresa ou empresas que estipularam o acordo, não tendo efeito sobre toda a categoria profissional.

III. A não ratificação pelo Brasil da Convenção 87 da OIT é um dos principais entraves para que em nosso ordenamento jurídico possa vigor o princípio da pluralidade sindical e consequentemente alcançarmos a liberdade sindical plena.

IV. Na greve em serviços ou atividades essenciais, ficam as entidades sindicais ou os trabalhadores, conforme o caso, obrigados a comunicar a decisão aos empregadores e aos usuários com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas da paralisação. Destarte, nos termos da lei de greve, são consideradas atividades essenciais, entre outras: a educação, a atividade bancária, o transporte coletivo, a captação e tratamento de esgoto e lixo, o controle de tráfego aéreo e os serviços funerários.

Está CORRETO o descrito apenas em:

- (a) I e II.
- (b) I, II e III.
- (c) II e III.
- (d) III e IV.

QUESTÃO 30

Arquimedes, residente e domiciliado na cidade de Santa Helena de Goiás-GO, tendo em vista propaganda televisiva, compareceu na cidade de Rio Verde-GO e celebrou contrato de trabalho com o CIRCO SÓ ALEGRIA para o exercício da função de malabarista. Durante a vigência de seu contrato de trabalho Arquimedes prestou serviços ao seu empregador nas cidades de Jataí-GO, Mineiros-GO e Uberlândia-MG, local em que foi demitido por seu empregador. Arquimedes entende que suas verbas rescisórias não foram quitadas integralmente e resolve ajuizar a pertinente reclamação trabalhista. Diante da situação narrada, à luz do disposto na CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, qual o local competente para o ajuizamento da referida reclamatória?

- (a) Rio Verde, Jataí, Mineiros ou Uberlândia.
- (b) Santa Helena de Goiás, Rio Verde, Jataí, Mineiros ou Uberlândia.
- (c) Rio Verde, apenas.
- (d) Uberlândia, apenas.

QUESTÃO 31

O rito sumaríssimo foi introduzido na legislação trabalhista por meio da lei nº. 9.957/2000 e teve como escopo a criação de um rito processual mais simples e célere com vistas a propiciar ao jurisdicionado uma rápida e efetiva prestação jurisdicional.

Nos termos do disposto na CLT e no entendimento sumulado do Egrégio Tribunal Superior do Trabalho, aponte a alternativa INCORRETA:

- (a) Os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo. Estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional.
- (b) Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente. Somente quando a prova do fato o exigir, ou for legalmente imposta, será deferida prova técnica, incumbindo ao juiz, desde logo, fixar o prazo, o objeto da perícia e nomear perito. As partes serão intimadas a manifestar-se sobre o laudo, no prazo sucessivo de dez dias.
- (c) Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, a admissibilidade de recurso de revista está limitada à demonstração de violação direta a dispositivo da Constituição Federal ou contrariedade a Súmula do Tribunal Superior do Trabalho, não se admitindo o recurso por contrariedade a Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho, ante a ausência de previsão na CLT.
- (d) Nas reclamações enquadradas no procedimento sumaríssimo, não se fará citação por edital, incumbindo ao autor a correta indicação do nome e endereço do reclamado.

QUESTÃO 32

O Conselho Nacional do Meio Ambiente- CONAMA, órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, tem a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida, no uso das suas atribuições e competências através da Resolução 237/97, dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental. De acordo com a referida resolução, é correto afirmar:

- (a) A localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão ambiental competente, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.
- (b) Licença Ambiental é o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.
- (c) A licença ambiental para empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio dependerá de prévio estudo de impacto de vizinhança e respectivo relatório de impacto de vizinhança (EIV/RIV), ao qual dar-se-á publicidade, garantida a realização de audiências públicas, quando couber.
- (d) Ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental é chamado de Licenciamento Ambiental.

QUESTÃO 33

O Decreto Federal 6.514/2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações. Segundo o referido Decreto, as infrações administrativas são punidas com sanções das quais NÃO consta:

- (a) Embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas.
- (b) Demolição de obra.
- (c) Destruição ou inutilização do produto.
- (d) Confisco dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora e demais produtos e subprodutos objeto da infração, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração.

QUESTÃO 34

São crimes ambientais previstos na Lei 9.605/98:

- (a) Produzir, processar, embalar, importar, exportar, comercializar, fornecer, transportar, armazenar, guardar, ter em depósito ou usar produto ou substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde humana ou ao meio ambiente, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou nos seus regulamentos.
- (b) Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território nacional, estabelecimentos, obras ou serviços, sem licença ambiental.
- (c) Disseminar doença ou praga ou espécies que possam causar dano à saúde humana.
- (d) Toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

QUESTÃO 35

A Política Municipal de Meio Ambiente - PMMA compreende o conjunto de princípios, objetivos e diretrizes administrativas e técnicas, que visam orientar as ações do Poder Executivo voltadas para a utilização dos recursos ambientais, na conformidade com o seu manejo ecológico, bem como para a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no município, condições ao desenvolvimento sustentável e à proteção da dignidade e qualidade da vida humana.

De acordo com a Lei Municipal 5.090/2005, assinale a alternativa que corresponde a Princípios da PMMA:

- (a) Assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos.
- (b) A ação interinstitucional integrada, horizontalizada com os órgãos municipais e verticalizada com os níveis estadual e federal.
- (c) A autonomia do poder municipal para o exercício das atribuições compatíveis com interesses regionais.
- (d) Zelar pela importância da função estratégica da agropecuária, das florestas e áreas nativas na sustentabilidade, crescimento econômico, melhor qualidade de vida da população e da participação do município nos mercados nacionais e internacionais de alimentos e bioenergia.

QUESTÃO 36

Quanto à origem e periodicidade das receitas públicas, assinale a alternativa correta:

- (a) As receitas originárias têm natureza dominial, ou seja, são decorrentes da exploração de uma atividade econômica pelo próprio Estado, das rendas decorrentes do patrimônio público imobiliário, das tarifas dos ingressos comerciais.
- (b) As receitas extraordinárias são extraídas do patrimônio dos particulares pelo Estado, no exercício do seu poder de império.
- (c) São ordinárias as receitas que não são permanentes, a exemplo das doações e dos impostos extraordinários.
- (d) São derivadas as receitas periódicas, previstas no orçamento.

QUESTÃO 37

Ao tratar de Despesa Pública, é correto afirmar:

- (a) Adota-se no Brasil o regime da repartição orçamentária. Portanto, quanto às despesas, deve ser observado o regime de competência ou exercício, computando-se todas aquelas já empenhadas.
- (b) Para a criação, a expansão ou o aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa serão acompanhados de certidões negativas com o conteúdo orçamentário financeiro no exercício em que deva entrar em vigor.
- (c) Quanto a sua periodicidade, as despesas costumam ser divididas em ordinárias e extraordinárias.
- (d) Considera-se transitória a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação de sua execução por um período superior a dois exercícios.

QUESTÃO 38

A Constituição Federal de 1988 assim dispõe em seu art. 70:

“A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.”

Quanto ao citado artigo, é correto afirmar:

- (a) A renúncia de receitas públicas só pode ocorrer nas hipóteses e nas condições da lei. O exercício total da competência tributária não é compulsório, mas, uma vez exercitado e instituído o tributo, somente a lei poderá dispensar sua arrecadação.
- (b) Sob o prisma da legalidade, a fiscalização examina o mérito do ato praticado pelo agente público para detectar possível desvio de finalidade.
- (c) A legitimidade impõe-se na verificação dos requisitos necessários à realização de despesa. Nada pode ser pago sem previsão orçamentária nem além dos créditos orçamentários ou adicionais, sob pena de caracterização do crime de responsabilidade.
- (d) As subvenções e renúncia de receitas dizem respeito ao exame da despesa feita sob o enfoque custo-benefício, para verificar se foi escolhido, pelo agente público responsável, o meio menos oneroso ao erário, acolhendo a melhor proposta.

QUESTÃO 39

Sobre a Responsabilidade Tributária, assinale a alternativa correta:

- (a) A responsabilidade por transferência consiste no dever de o contribuinte, sujeito passivo natural, tornar efetiva a prestação de dar, consistente no pagamento de tributo ou penalidade pecuniária, ou a prestação de fazer ou não fazer, imposta pela legislação tributária no interesse da fiscalização ou da arrecadação tributária.
- (b) Na responsabilidade tributária dos sucessores, o responsável ou substituto ocupa o lugar do contribuinte a partir do fato gerador, despontando como sujeito passivo desde o implemento da obrigação tributária.
- (c) Na responsabilidade por terceiros, o responsável ocupa o lugar do contribuinte após a ocorrência do fato gerador.
- (d) Na responsabilidade por substituição progressiva, o recolhimento do tributo é antecipado sem que haja a definição do fato gerador.

QUESTÃO 40

Quanto à Administração Tributária, assinale a alternativa correta:

- (a) A eficácia da administração tributária se manifesta, dentre outros expedientes, no controle privado, que consiste em atos verificatórios do cumprimento das obrigações tributárias, sejam elas principais ou acessórias.
- (b) O Código Tributário Nacional prescreve a submissão geral das pessoas físicas e jurídicas, contribuintes ou não, aos efeitos da legislação reguladora da atividade fiscalizatória, somente nos casos de empresas imunes ou isentas, já que podem deixar de cumprir suas obrigações acessórias.
- (c) A dívida ativa é a que provém de crédito tributário não pago dentro do prazo fixado pela lei ou por decisão judicial final em processo regular, quando regularmente inscrita na repartição administrativa competente.
- (d) O Código Tributário Nacional permite que, em caso de necessidade de prática de ato indispensável a evitar a caducidade ou perecimento de direito, não se dispensará a certidão negativa, em virtude da necessidade de disposição legal autorizativa.

QUESTÃO 41

Sobre crédito tributário é correto afirmar:

- (a) Em todas as hipóteses previstas pelo Código Tributário Nacional, a anistia não diz respeito à obrigação principal, exonerando o sujeito passivo do cumprimento regular apenas das obrigações acessórias.
- (b) Elencada entre as formas de extinção do crédito tributário, a compensação não pode ser realizada por mera iniciativa do contribuinte, afinal depende de lei que a autorize.
- (c) A transação é uma causa de exclusão do crédito tributário e seus efeitos desonerativos atingem a obrigação tributária principal, mantendo-se incólumes os deveres instrumentais do contribuinte.
- (d) A suspensão da exigibilidade do crédito tributário representa o acordo ou as concessões recíprocas que encerram um litígio instalado, com reciprocidade de ônus e vantagens.

QUESTÃO 42

Analisando a classificação da competência tributária, assinale a alternativa correta:

- (a) A competência tributária comum refere-se aos tributos chamados vinculados, ou seja, às taxas e às contribuições de melhoria, sendo que União, Estados, Municípios ou Distrito Federal poderão ser os sujeitos ativos das taxas ou contribuições de melhorias.
- (b) A competência cumulativa ou múltipla é o poder de instituir os empréstimos compulsórios e as contribuições especiais.
- (c) A competência especial é o poder de instituição, pela União, através de lei ordinária federal, do imposto extraordinário de guerra.
- (d) A competência extraordinária diz respeito ao poder legiferante de instituição de impostos pela União, nos Territórios Federais, e pelo Distrito Federal, em sua base territorial.

QUESTÃO 43

Sobre Legislação Tributária, é correto afirmar:

- (a) A vigência no tempo e no espaço da legislação tributária rege-se apenas pelas disposições aplicáveis às normas específicas dispostas no Código Tributário Nacional.
- (b) Na integração tributária, deve-se valer das disposições da Lei de Introdução ao Código Civil, bem como dos consagrados processos de Hermenêutica, observadas, contudo, as normas contidas no Código Tributário Nacional.
- (c) A interpretação da legislação tributária materializa-se na busca de outro preceito, aplicável, por adaptação, ao caso concreto, na ausência de preceito específico.
- (d) Em matéria tributária, o legislador toma como referencial o momento da ocorrência do fato gerador. Daí porque a lei nova só se aplica aos fatos geradores futuros ou pendentes.

QUESTÃO 44

A respeito da abertura da sucessão, herdeiros e disposição de última vontade, analise as seguintes assertivas:

- I. A morte não é o evento que determina a abertura da sucessão.
- II. São indicados como herdeiros necessários pela lei: descendentes, ascendentes e cônjuge.
- III. O testador poderá dispor da metade da herança se houver herdeiros necessários.

Considerando o que dispõe a legislação civil brasileira, pode-se dizer que:

- (a) Os itens I, II e III são falsos.
- (b) Os itens I, II e III são verdadeiros.
- (c) Os itens I e III são falsos.
- (d) Os itens II e III são verdadeiros.

QUESTÃO 45

A arrecadação da herança jacente e sua conversão em herança vacante são meios de determinar o destino do patrimônio do *de cujus*. A respeito dessas figuras jurídicas do Direito das Sucessões, assinale a alternativa correta:

- (a) Herança jacente é aquela em que o falecido deixou testamento ou herdeiros notoriamente conhecidos.
- (b) Se todos os chamados a suceder renunciarem à herança, a vacância será declarada desde logo.
- (c) A herança jacente tem personalidade jurídica.
- (d) São objetivos da arrecadação dos bens jacentes: evitar o perecimento dos bens e entregá-los aos herdeiros já conhecidos.

QUESTÃO 46

O casamento, para ser realizado, exige o cumprimento de uma série de requisitos. A par dessa informação, analise as seguintes assertivas:

- I. As pessoas maiores de dezoito anos podem se casar. No entanto, aqueles que tiverem dezesseis anos também podem casar, desde que tenham autorização de ambos os pais ou de seus representantes legais.
- II. Excepcionalmente, em caso de gravidez, será permitido o casamento de quem ainda não alcançou a idade núbil.
- III. Não deve casar o divorciado, enquanto não houver sido homologada ou decidida a partilha dos bens do casal. Entretanto, essa causa suspensiva poderá ser levantada pelo juiz, caso seja demonstrado que não há prejuízo para terceiros.

Considerando a legislação brasileira, pode-se dizer que:

- (a) Os itens I, II e III são falsos.
- (b) Os itens I, II e III são verdadeiros.
- (c) Os itens I e III são falsos.
- (d) Os itens II e III são falsos.

QUESTÃO 47

RECURSO ESPECIAL – AÇÃO DECLARATÓRIA DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL - IMPROCEDÊNCIA - RELAÇÃO DE NAMORO QUE NÃO SE TRANSMUDOU EM UNIÃO ESTÁVEL EM RAZÃO DA DEDICAÇÃO E SOLIDARIEDADE PRESTADA PELA RECORRENTE AO NAMORADO, DURANTE O TRATAMENTO DA DOENÇA QUE ACARRETOU SUA MORTE - AUSÊNCIA DO INTUITO DE CONSTITUIR FAMÍLIA - MODIFICAÇÃO DOS ELEMENTOS FÁTICOS-PROBATÓRIOS - IMPOSSIBILIDADE - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7/STJ - RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO. I - Na hipótese dos autos, as Instâncias ordinárias, com esteio nos elementos fáticos-probatórios, concluíram, de forma uníssona, que o relacionamento vivido entre a ora recorrente, F. F., e o de cujus, L., não consubstanciou entidade familiar, na modalidade união estável, não ultrapassando, na verdade, do estágio de namoro, que se estreitou, tão-somente, em razão da doença que acometeu L (REsp 1.257.819-SP, Terceira Turma, DJe 15/12/2011).

É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família (BRASIL. Código Civil. Lei n. 10.406, de 10/01/2002, art. 1.723.).

Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento (BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, art. 226, § 3º.).

Considerando os textos apresentados acima sobre a união estável, avalie as seguintes asserções:

- I. A união estável é prevista na Constituição Federal e no Código Civil como meio de constituição de entidade familiar.
- II. É necessária a convivência pública, contínua, duradoura e com o objetivo de constituição de família para configuração da união estável.
- III. A união estável já foi chamada de concubinato. No entanto, atualmente, esta nomenclatura identifica apenas as uniões que infringem impedimentos (art. 1.727, CC).

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta:

- (a) As asserções I, II e III são verdadeiras.
- (b) As asserções I, II e III são falsas.
- (c) Apenas as asserções I e II são falsas.
- (d) Apenas as asserções II e III são verdadeiras.

QUESTÃO 48

A lei diz que a personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida. A respeito da personalidade e da capacidade da pessoa, assinale a alternativa incorreta:

- (a) O nascituro tem seus direitos assegurados pela legislação, desde a concepção.
- (b) As pessoas que possuam enfermidade ou deficiência mental não são consideradas pela lei absolutamente incapazes de exercer os atos da vida civil.
- (c) Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo, não são considerados pela lei relativamente incapazes.
- (d) Os menores de 16 anos de idade não são os únicos que a lei considera absolutamente incapazes.

QUESTÃO 49

Quanto a citação e intimação no Novo Código de Processo Civil, analise as assertivas abaixo.

- I. As partes podem modificar a competência em razão do valor e do território, elegendo foro onde será proposta ação oriunda de direitos e obrigações. Nesse sentido, antes da citação, a cláusula de eleição de foro, se abusiva, pode ser reputada ineficaz de ofício pelo juiz, que determinará a remessa dos autos ao juízo do foro de domicílio do réu.
- II. Cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo.
- III. Nas comarcas contíguas de qualquer natureza, é vedado, ao oficial de justiça efetuar, em qualquer delas, citações, intimações, notificações, penhoras e quaisquer outros atos executivos.
- IV. Na liquidação por arbitramento, o juiz intimará as partes para a apresentação de pareceres ou documentos elucidativos, no prazo que fixar, e, caso não possa decidir de plano, nomeará perito, observando-se, no que couber, o procedimento da prova pericial.
- V. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo, portanto vedado aos advogados promover a intimação do advogado da outra parte.

Após a análise, pode-se dizer que:

- (a) I, II e V estão corretas.
- (b) I, III e IV estão corretas.
- (c) II, III e V estão corretas.
- (d) I, II e IV estão corretas.

QUESTÃO 50

No que concerne aos recursos, analise as afirmativas abaixo.

- I. É inadmissível a reclamação quando proposta após o trânsito em julgado da decisão reclamada, e também quando proposta para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida ou de acórdão proferido em julgamento de recursos extraordinário ou especial repetitivos, quando não esgotadas as instâncias ordinárias.
- II. O pedido de concessão de efeito suspensivo a recurso extraordinário ou a recurso especial poderá ser formulado por requerimento dirigido ao tribunal superior respectivo, no período compreendido entre a publicação da decisão de admissão do recurso e sua distribuição, ficando o relator designado para seu exame prevento para julgá-lo.
- III. Será negado seguimento ao recurso extraordinário ou ao recurso especial interposto contra acórdão que esteja em conformidade com entendimento do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, respectivamente, exarado no regime de julgamento de recursos repetitivos.
- IV. Será negado seguimento ao recurso extraordinário que discuta questão constitucional à qual o Supremo Tribunal Federal não tenha reconhecido a existência de repercussão geral ou a recurso extraordinário interposto contra acórdão que esteja em conformidade com entendimento do Supremo Tribunal Federal exarado no regime de repercussão geral.
- V. Cabe agravo contra decisão do presidente ou do vice-presidente do tribunal recorrido que inadmitir recurso extraordinário ou recurso especial, salvo quando fundada na aplicação de entendimento firmado em regime de repercussão geral ou em julgamento de recursos repetitivos.

Após a análise, pode-se dizer que:

- (a) I, II e III estão corretas.
- (b) I, II e IV estão corretas.
- (c) III, IV e V estão corretas.
- (d) Todas estão corretas.

QUESTÃO 51

Qual da assertiva abaixo melhor descreve os requisitos indispensáveis da petição inicial disciplinada no processo de conhecimento em seu procedimento comum?

- (a) A petição inicial indicará o juízo, os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o CPF ou CNPJ, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu, o fato e os fundamentos, o pedido, o valor da causa, a opção pela realização de audiência de conciliação ou de mediação.
- (b) A petição inicial indicará o juízo, os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o CPF ou CNPJ, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu, o fato e os fundamentos, o pedido, o valor da causa, as provas, a opção pela realização de audiência de conciliação ou de mediação.
- (c) A petição inicial indicará os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o CPF ou CNPJ, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu, o fato e os fundamentos, o pedido, o valor da causa, as provas, a opção pela realização de audiência de conciliação ou de mediação.
- (d) A petição inicial indicará o juízo, os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu, o fato e os fundamentos, o pedido, o valor da causa, as provas, a opção pela realização de audiência de conciliação ou de mediação.

QUESTÃO 52

De acordo com a Lei nº 9.129 de 1981 do Estado de Goiás, assinale a alternativa incorreta. Compete ao Juiz de Direito na vara da fazenda Pública Municipal processar e julgar:

- (a) As causas em que o município, suas autarquias, empresas públicas e fundações por ele mantidas forem autores, réus, assistentes, intervenientes ou oponentes e as que lhes forem conexas ou acessórias.
- (b) Os mandados de segurança contra atos de autoridades municipais, inclusive os administradores ou representantes das autarquias e das pessoas naturais e jurídicas com função delegada do poder público, somente no que entender com essa função.
- (c) As ações populares quando o ato lesivo atingir o patrimônio do Estado de Goiás, de autarquia estadual, de sociedade de economia mista, de sociedade mútua de seguros em que o Estado represente segurados ausentes, de empresa pública, de serviço social autônomo, de instituição ou fundação por ele criadas e de qualquer pessoa jurídica ou entidade subvencionada pelos cofres públicos estaduais.
- (d) As ações populares quando o ato lesivo atingir o patrimônio do município, de autarquia municipal, de sociedade de economia mista, de sociedade mútua de seguros em que o município represente segurados ausentes, de empresa pública, de serviço social autônomo, de instituição ou fundação por ele criada e mantida e de qualquer pessoa jurídica ou entidade subvencionada pelos cofres públicos municipais.

QUESTÃO 53

Segundo o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e no que se refere aos Conflitos de Jurisdição e de Atribuição, assinale a alternativa incorreta:

- (a) No caso de conflito positivo, salvo se manifestamente infundado, o relator, tão logo receba o processo, determinará às autoridades conflitantes o sobrestamento do feito ou ato.
- (b) Sempre que necessário, o relator mandará ouvir as autoridades em conflito, no prazo de dez dias, remetendo-lhes cópia do requerimento ou representação.
- (c) Prestadas ou não as informações, o relator dará vista do processo ao Procurador-Geral da Justiça, por cinco dias e, a seguir, apresentá-lo-á em mesa, para julgamento.
- (d) Da decisão serão remetidas cópias às autoridades contra as quais tiver sido levantado o conflito ou que o houverem suscitado. A decisão de conflito é recorrível no prazo de 5 dias.

QUESTÃO 54

Conforme previsão contida na Lei 8.213/1991, mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições:

- (a) Até 6 (seis) meses após o licenciamento, o segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar.
- (b) Até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, o segurado facultativo.
- (c) Até 12 (doze) meses após o livramento, o segurado retido ou recluso.
- (d) Até 24 (vinte e quatro) meses após cessar a segregação, o segurado acometido de doença de segregação compulsória.

QUESTÃO 55

São princípios informadores da previdência social, exceto:

- (a) Contributividade.
- (b) Obrigatoriedade da filiação.
- (c) Garantia do benefício não inferior ao salário mínimo.
- (d) Gestão tripartite.

QUESTÃO 56

A concessão das prestações pecuniárias do Regime Geral de Previdência Social depende dos seguintes períodos de carência:

- (a) Auxílio-doença: 6 (seis) contribuições mensais.
- (b) Aposentadoria por invalidez: 12 (doze) contribuições mensais.
- (c) Aposentadoria por idade e aposentadoria por tempo de serviço: 150 contribuições mensais.
- (d) Aposentadoria especial: 12 contribuições mensais.

QUESTÃO 57

Analise as assertivas abaixo, em seguida assinale a alternativa CORRETA:

I. Se a lei nova for mais favorável ao réu, deixando de considerar criminosa a sua conduta, ela retroagirá mesmo que o fato tenha sido definitivamente julgado, fazendo cessar os efeitos civis e penais da sentença condenatória.

II. Para a configuração das causas excludentes de ilicitude, além dos elementos objetivos, é necessário que o agente saiba que atua amparado por uma causa que exclua a ilicitude de sua conduta (elemento subjetivo).

III. O desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço.

IV. Nas hipóteses de extraterritorialidade incondicionada da lei penal, previstas no inciso I, do artigo 7º, do Código Penal, o agente não poderá ser punido segundo a lei brasileira, se houver sido absolvido ou condenado no estrangeiro.

Assinale a alternativa CORRETA:

- (a) Somente as assertivas I e II estão corretas.
- (b) Somente as assertivas II e IV estão corretas.
- (c) Somente as assertivas II e III estão corretas.
- (d) Somente as assertivas I e III estão corretas.

QUESTÃO 58

Assinale a alternativa INCORRETA:

- (a) A prescrição da pretensão punitiva retroativa pode ter por termo inicial a data da prática delituosa, nos termos do que dispõe o artigo 110, § 1º, do Código Penal.
- (b) Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário, configura crime contra a administração pública previsto no Código Penal.
- (c) O ocupante de cargo em comissão em fundação instituída pelo poder público terá a pena aumentada da terça parte, caso pratique qualquer dos crimes contra a administração pública previstos na Parte Especial do Código Penal.
- (d) O processo e julgamento dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores independe do processo e julgamento das infrações penais antecedentes, ainda que praticados em outro país.

QUESTÃO 59

De acordo com a Lei 9.296/96, que trata das interceptações telefônicas, não se admitirá a medida, entre outras hipóteses, quando:

- (a) Não houver prova razoável da autoria e participação em infração penal.
- (b) A prova puder ser produzida por outros meios disponíveis.
- (c) O fato investigado constituir infração penal punida, no máximo, com pena de prisão simples.
- (d) Estiver descrita com clareza a situação objeto da investigação, inclusive com a indicação e qualificação dos investigados, salvo impossibilidade manifesta, devidamente justificada.

QUESTÃO 60

Em relação ao princípio do contraditório garantido na Constituição do Brasil de 1988, é correto afirmar:

- (a) No processo penal, constitui o direito de contrariar a acusação.
- (b) No processo penal, garante os direitos de não surpresa e reação, ou seja, o direito de ser comunicado acerca de uma acusação e o direito à defesa.
- (c) No processo penal, sob o paradigma do Estado Democrático de Direito, o contraditório é uma garantia de não surpresa e de influência, constituindo este último o direito de ter os argumentos analisados e considerados pelo julgador.
- (d) No processo penal, sob o paradigma do Estado Democrático de Direito, o contraditório é o direito de audiência bilateral somente.